CORPOS TRESPASSADOS POR CIDADES

*Jorge Gonçalves**

Resumo

O exercício aqui proposto pretende jogar com a ambivalência do conceito de Cidade e articulá-lo com a emergência do protagonismo do corpo, do eu, do indivíduo. Em que medida as transformações que são operadas em meio urbano, com destaque para as que ocorrem no plano dos espaços públicos urbanos, são correlativas, consequência ou mesmo causa, de processos de transformação das sociabilidades que, por seu turno, se submetem também ao culto do corpo? Desde o burguês Passeio Público até aos espaços urbanos especializados, o corpo é um poderoso meio de comunicação hoje ampliado a partir da mediatização a que sistematicamente é sujeito, a tal ponto que a confusão está instalada sobre quem comanda a transformação dos espaços de sociabilização, de encontro com o outro.

1 As dinâmicas urbanas recentes: emergência do híbrido e da esterritorialização

1.1 A fluidez espacio-temporal da noção de Cidade

A Cidade tem servido desde há décadas, em particular, com o nascimento da sociologia urbana, para análises de natureza muito diversa desde a psicologia até à economia. As “várias cidades” deram origem ou foram consequência de transformações mais profundas no plano social, económico e cultural. Essas mudanças especialmente marcantes na transição para a Cidade Industrial e reforçadas na Cidade Moderna do século XX, resultam

* Jorge Gonçalves, docente no departamento de arquitectura da Universidade Lusfada e no Instituto Superior de Transportes, em Lisboa, é geógrafo, mestre em geografia humana e planeamento regional e local e, após a realização do curso de doutoramento em ciências sociais na Universidade Nova de Lisboa, encontra-se a escrever a dissertação de doutoramento “Espaços Públicos Urbanos na reconfiguração física e social da Cidade”. É ainda consultor em diversas empresas e autarquias para as questões do planeamento territorial e estratégico, designadamente, demografia, economia social e promoção urbana.

em contínuos acrescentos ao existente sendo o espaço urbano uma justaposição de camadas históricas com particularidades nos domínios da sociedade, economia e cultura e corporizadas em instituições, arquitectura e desenho urbano específicas.

Alguns destes espaços sobreviveram até hoje atravessando momentos cíclicos ora de ostracismo, ora de repulsa ou veneração. Centros históricos, áreas industriais, zonas monumentais são alguns exemplos de fragmentos urbanos que regularmente vão assumindo pressões e protagonismos diferentes de acordo com as idéias dominantes na gestão e transformação sociourbana. Cada Cidade, assim, é depositária de uma memória que lhe há-de marcar indelevelmente o seu futuro:

(...) Poderia dizer-te de quantos degraus são as ruas em escadinhas, como são as aberturas dos anos pórticos; mas já sei que seria o mesmo que não te dizer nada. Não é disto que é feita Cidade, mas sim das relações entre as medidas do seu espaço e os acontecimentos do seu passado (...). Uma descrição de Zaira tal como é hoje deveria conter todo o passado de Zaira. Mas a Cidade não conta o seu passado, contém-no como as linhas da mão, escrito nas esquinas das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos postes das bandeiras, cada segmento marcado por sua vez de arranhões, riscos, cortes e entalhes. (Calvino:1993;14-15)

Como construção puramente humana ela havia de continuamente ajustar-se às exigências do homem, que por sua vez, permanecem em activa mudança. O rompimento da escala humana da Cidade através da sua horizontalização e verticalização operadas com o que P. Virilio designou de próteses mecânicas como o comboio, o automóvel e o elevador é talvez um dos melhores exemplos dessa relação intensa e persistente entre pensamento humano e intervenção urbana. Mas a Cidade não é fruto só da racionalidade, do ordenamento e planeamento. Ela é, no que é de mais intrinsecamente urbano, sobretudo casuístico, inesperado, irracional e emotivo.

1.2 Transformações da cidade física

Chegados a este ponto é altura de relançar a questão da mudança que afecta o espaço urbano associado ao contexto social, cultural e sobretudo económico. Como sempre a economia tem condicionado os desenvolvimentos dos vectores urbanos e até culturais.

Actualmente, a transição da cidade fordista/industrial para a Cidade terciária/pós-moderna tem revelado profundas divergências face aos padrões clássicos do fazer e usar a Cidade.

Estas novas formas urbanas emergem de processos profundos de reestruturação económica e social a que tem de dar imperativamente respostas objectivas resultando em diferentes maneiras de pensar o urbanismo:

Cidade Fordista – moderna – funcionalista

Cidade Pós-Fordista – pós-moderna – plurifuncional

As implicações sociais dos processos de reestruturação económica (como a exclusão social, a toxicodependência, a criminalidade urbana, os sem abrigo, entre outros) adquiriram especial relevância nos contextos urbanos nos quais os problemas de desemprego e da precariedade do emprego cresceram associados:

- à transformação das relações sociais no sentido de uma maior fragilidade e isolamento;
- à redução da protecção social convencional decorrente da contenção da despesa pública dos Estados.

Na consideração genérica dos resultados desta transição a Metrópole fragmentada (ou as novas formas urbanas) pode caracterizar-se por:

- Estrutura policêntrica devido à perda de hegemonia do centro único e formação de novas centralidades;
- Desenvolvimento de complexos de grandes dimensões, com frequência de uso misto e, por vezes, espectaculares;
- Presença de enclaves socialmente diferenciados e dissonantes, seja no seio de malhas antigas homogéneas, seja em sítio de produção nova, apontando para fenómenos de contiguidade sem continuidade;
- Dessolidarização da envolvente porque os indivíduos e actividades participam em redes de relações à distância e dependem menos de relações de proximidade.

Muda a metrópole alteram-se os padrões de consumo, formam-se novos conglomerados sociais. Ao mesmo tempo, profundas alterações no campo cultural, social e mesmo psicológico levaram ao aprofundamento da fragmentação social.

O consumo substitui a produção na determinação e exibição das diferenças sociais: “Eu sou aquilo que mostro e consumo e não aquilo que faço”. A identidade, a afirmação e o reconhecimento social constroem-se pelo consumo e pelos sinais adquiridos por essa via.

A imagem de uma realidade urbana mais terciária, asséptica e perfeita continuamente reconstruída pelos veículos modernos de transporte de comunicação e informação é paradoxalmente contrariada por um aumento da exposição das situações de pobreza e de exclusão social que afectam indivíduos, empresas e territórios mas que por via do aumento da insensibilidade que afecta o todo, não tem efeito inibidor.

A exclusão é um universo poliédrico marcado pela desqualificação, de saberes de qualificação e de localizações, a qual arrasta uma desvalorização e, portanto, uma dificuldade maior de acesso a empregos, a clientes, a mercados. Os excluídos são excedentários, incapazes de uso ou reconversão, produto de uma estratégia que os desvaloriza e torna inúteis.

Surge então a marginalização, que pode ser:

- Económica: empresas e actividades que perdem rendimentos e competitividade;
- Social: indivíduos que perdem afectos, relações e empregos;
- Territórios: sítios que perdem valor e investimentos.

Por outro lado, ao transportar a análise para a componente específica do espaço público que tradicionalmente propicia o contacto entre a esfera pública e privada e é o catalisador dos processos de sociabilização e de reprodução do sistema social, novas questões são suscitadas.

Longe de se homogeneizarem, os comportamentos manifestam, nos locais públicos, não só a diversidade das origens geográficas e dos grupos sociais mas também os laços que unem uma mesma classe etária ou género ou etnia. Esta exibição das diferenças produz ao mesmo tempo permanentes ajustes entre os grupos que partilham o mesmo território, cujas identidades sociais transportam os sinais destes compromissos locais.

De uma forma mais generalizada, os espaços públicos representam uma intromissão na análise destas formas instáveis de interacção que se constroem à parte dos laços duradouros, das pertenças comuns e das identidades partilhadas. Por definição, não é passível de ser apropriado por um grupo particular que lhe designe um uso privativo. A sua natureza fluida decorre de não poder ser em definitivo traduzida por um qualquer conceito científico, sendo inversamente um objecto em constante construção, transformação e ajustamento à cidade física, à cidade económica e à cidade cultural.

Símbolo perene da urbanidade, o espaço público é o elemento, por excelência, que transforma a cidade no contrário do somatório de bairros e de pequenos universos herméticos. São um espaço de mediação, em permanente reconfiguração e revalorização, para os diferentes grupos sociais, para os conjuntos de indivíduos de diferentes idades ou sexo, cujo sucesso tem dependido do discernimento demonstrado em cada momento pela consciência colectiva. Materializa-se assim numa questão política e de comunicação¹(Grafmeyer: 1994;113-116).

A cidade vibra e expõe-se pelo que se passa no exterior e não no interior sendo que esse exterior é, no essencial, o que se pode designar por esfera pública. Esta dispõe de espaços diferentes marcados por percursos históricos e culturais singulares reflectindo-se estes trajectos em espaços públicos únicos e em formas originais de apropriação.

A grande questão e preocupação passa pelo facto de que a cidade está a mudar e que nessa mudança insinuam-se novas fórmulas de vivência urbana comandadas pela economia ou pela globalização das práticas culturais e territoriais.

Sinais dessa mudança estão hoje, mais que nunca, visíveis nos espaços urbanos deixados livres, voluntária ou involuntariamente, pela transformação urbana. Desde a configuração até às suas formas de utilização, passando pela animação e equipamento, muito tem mudado nas fórmulas de intervenção sobre os espaços públicos urbanos, mas os resultados nem sempre estão de acordo com os objectivos perseguidos, quer porque não se regista uma maior procura daquele espaço quer porque existem distorções claras nos modos de apropriação exibidos pelos grupos de utilizadores.

Os espaços públicos são por definição teórica territórios de partilha colectiva cuja apropriação não pode ser exercida por ninguém em particular (indivíduos, grupos de

¹ Como bem enfatiza Yves Grafmeyer (1994), *Sociologia Urbana*. Publicações Europa-América, Mem Martins, pp.113-116.

indivíduos, empresas). A elencação dos elementos numa tipologia de espaços públicos resultaria extensa e heterogénea pois inclui jardins e calçadas, largos e alamedas, parques urbanos e espaços residuais entre urbanizações, parques infantis, entre outros que não interessa referenciar pelo seu estatuto crescentemente específico. Cada um deles possui uma oferta ajustada a interesses específicos dos utilizadores, a sua razão de ser fundamental.

São estes os espaços-problemática, mas a discussão deve sobretudo centrar-se na sua quantidade, qualidade e ocupação de modo a identificar os pilares nucleares que expliquem o seu funcionamento, o seu sucesso ou o inverso. Os espaços públicos urbanos (EPU) numa visão de interesse público constituem elementos de desenho urbano decisivos para a produção de cidade na medida em que é nestes espaços focais que se manifesta a vida e animação urbana e onde se processa grande parte da socialização dos utilizadores.

A lógica produtivista do espaço urbano, comandada por interesses privados e regulada pela Administração Central e Local, tem progressivamente remetido para segundo plano os espaços de convivialidade e relação, enfatizando os espaços construídos. Este facto, visível na escassez de EPU nas novas realizações urbanas, insere-se em um processo mais vasto e complexo de produção de cidade, convivendo de perto com o aumento da velocidade das deslocações (ligadas aos novos eixos viários urbanos), a multiplicação das novas centralidades e com a insegurança dos residentes, entre outros traços do quotidiano urbano actual.

Nesta linha, e avaliando o caso de Lisboa, constata-se facilmente que as intervenções para a requalificação dos espaços públicos na cidade têm sido uma preocupação e mereceram cuidados que privilegiam:

- o mobiliário urbano (mesas, cadeiras, iluminação, recipientes de resíduos sólidos);
- o conforto, protecção e segurança (piso, separador das vias urbanas, materiais seguros);
- o desenho urbano (legibilidade, visibilidade);
- a vegetação (espécies adequadas ao ambiente local e aos micro-climas);
- comércio e serviços (como uma componente indispensável para a animação urbana, como os cafés, esplanadas, quiosques, lavabos).

O balanço sistemático dos resultados deste esforço não foi ainda feito pelo volume de trabalho que tal implica, mas a constatação empírica identificou algumas consequências objectivas e por extensão as respectivas vantagens e deficiências. Como se de um hipertexto se tratasse a tentação é grande para explorar outros temas na dependência directa desta problemática central, mas resta-nos por agora centrar no processo de leitura e intervenção dos EPU (cf. Figura 1).

Assim, a utilização de espaços públicos urbanos pode ser lida ou decodificada segundo dois planos: diacrónico e sincrónico. No fundo, trata-se de confirmar as diferenças (para além de outras susceptíveis de serem estabelecidas) entre o espaço e o tempo, materializadas na ocupação e partilha de espaços públicos urbanos:

Plano sincrónico – É possível identificar nos mesmos territórios a constituição de espaços próprios de grupos de indivíduos grosso modo caracterizados por uma afinidade de idades ou interesses. Quando esse espaço é pequeno e o grupo muito representativo pode suceder que no seu período de utilização obrigue à exclusão de outros indivíduos. Quando a dimensão o permite delimitam-se territórios distintos;

Plano diacrónico – Decorre da constatação de que ao longo do dia existe uma apropriação do tempo, isto é, o mesmo espaço é ocupado por vagas sucessivas de grupos de utilizadores diferentes variando temporalmente (manhã, tarde, noite, hora de almoço, fim de tarde etc.).

Figura 1 – Descodificação do padrão de utilização dos espaços públicos

Estes são apontamentos que não esgotam a problemática dos espaços públicos quer no referente ao seu desenho e tipologias quer no que se associa à sua utilização, até porque não se referem ao papel dos espaços públicos urbanos na socialização dos indivíduos e na determinação dos modos de vida urbanos. Não é possível também abordar a questão da procura decrescente destes territórios públicos acompanhando de perto a tendência para a interiorização da vida pública nas suas múltiplas faces (condomínios fechados, grandes superfícies comerciais, espaços recreativos fechados, ...), sem considerar as consequências nas comunidades urbanas.

1.3 O estilhaçar da imaterialidade urbana

Sobre a cidade existente, física e material começa agora a sedimentar-se e a depositar-se uma outra que durante bastante tempo apenas se insinuava junto dos utilizadores da Cidade. Os telefones, telefaxes e a televisão por satélite anteciparam toscamente o que viria a ser a aceleração da vida urbana e a desterritorialização progressiva de processos que se julgavam consistentemente físicos. Nasce assim a sobremodernidade aplicada à Cidade:

(...) As dinâmicas são sobremodernas por duas razões principais: pelas evoluções económicas, sociais, políticas e culturais, que determinam largamente a evolução das cidades; pelos discursos produzidos sobre as cidades e pelas práticas urbanísticas, que extraem de bases comuns as mesmas referências e ideologias científicas, técnicas, filosóficas, políticas... (Ascher, 1998: 58-59).

Na base destas mutações está, como se aludiu, a aceleração, que ao assentar na velocidade da luz, produz a desvalorização do espaço e a hipervalorização do tempo, pois gera maior rapidez nas trocas e faz coincidir o ponto de partida com o ponto de chegada:

(...) A variação crescente das velocidades reforça cada vez mais a heterogeneidade do espaço. Outrora, os homens, os bens e as informações tinham velocidades quase equivalentes e foi apenas ao longo do século XIX, com a especialização parcial dos transportes e, sobretudo, com as telecomunicações, que as velocidades se diferenciaram fortemente. Hoje, a diversidade das velocidades da informação

e as de deslocação das pessoas e dos bens induzem no espaço uma heterogeneidade ainda maior e reforçam o peso das estruturas territoriais. (Ibidem, p. 66)

Não perdendo de vista a problemática central deste documento, as práticas de sociabilidade, até aqui fortemente ancoradas no território e nas suas estruturas, como as escolas, as fábricas, os escritórios, não deixaram ainda de constituir componentes nucleares do dispositivo de reprodução social. Desta arquitectura faziam ainda parte os espaços públicos urbanos tradicionais, que não tinham como função esbater as diferenças sociais antes reproduzi-las.

O estilhaçar da cidade imaterial acompanhou da mesma forma as alterações verificadas na cidade real, pois a transferência para o plano virtual não só de negócios, consultas e intercâmbios culturais mas sobretudo de afectos e de projecção de novas idéias e posturas enfatizou os novos meios de comunicação como canais privilegiados para uma maior eficácia no processo de sociabilização. Passou a ser um poderoso instrumento orientado para a inclusão social, para revalorização dos direitos das minorias etc.

Espaço virtual e novos espaços urbanos conjugam-se então para a emergência de novas práticas e, talvez, para a criação dum novo urbano.

2 Cultura do Corpo

2.1 Notas preliminares

Escrever sobre cidade é abordar os seus espaços de troca, de circulação, de estadia mas também e sobretudo de negociação da relação com o outro, como sempre sucede quando se trata de gerir espaços e tempos envolvendo uma infinita complexidade de interesses, conflitos, tensões, paixões. A discussão anterior em torno do urbano e dos elementos de composição associados às práticas socioterritoriais, materializados no espaço público, pretendia sublinhar as mudanças operadas no plano das sociabilidades e da relação com o outro.

As fórmulas que foram sendo historicamente adoptadas para otimizar de modo político e económico a vida em sociedade baseiam-se, no fundamental, no controlo disciplinar que se exerce sobre todos e, muito em particular, sobre os comportamentos. Esta estratégia tem-se assumido como a forma mais dissimulada, eficaz e até produtiva de obter tais

objectivos com a vantagem de nunca intervir, como não se cansou de sublinhar Foucault recorrendo ao *panoptismo*:

(...) permite aperfeiçoar o exercício do poder. E isto de várias maneiras: porque pode reduzir o número dos que o exercem, ao mesmo tempo em que multiplica o número daqueles sobre os quais é exercido. Porque permite intervir a cada momento e a pressão constante age antes mesmo que as faltas, os erros, os crimes sejam cometidos. Porque, nessas condições, sua força é nunca intervir; é se exercer espontaneamente e sem ruído, é constituir um mecanismo de efeitos em cadeia.²

Hoje pode correr-se o risco de se considerar anacrónica esta leitura do espaço e do controle social mais pelas dificuldades crescentes de descodificação que afectam as novas fórmulas de panoptismo do que pela sua efectiva ausência. Admitindo sem custo um aprofundamento e, sem dúvida, um aperfeiçoamento sem precedentes do sistema panóptico basta-nos observar em redor e lançar olhares avisados sobre os universos onde se exerce esse controle enfatizando não só as instituições onde tradicionalmente se procedia à domesticação do corpo. Com efeito, o empenho na aplicação da disciplina corporal de acordo com os princípios do panoptismo permite ultrapassar as barreiras tradicionais e lançá-las de maneira difusa, ramificada e polivalente no conjunto da sociedade:

(...) ele programa, ao nível de um mecanismo elementar e facilmente transferível, o funcionamento de base de uma sociedade toda atravessada e penetrada por mecanismos disciplinares(...).³

Ora a sociedade que assim se constrói, mesmo que de forma pouco assumida ou explícita, é menos uma sociedade do espectáculo e mais uma sociedade da vigilância:

sob a superfície das imagens, investem-se os corpos em profundidade; atrás da grande abstracção da troca, se processa o treinamento minucioso e concreto das forças úteis; os circuitos da comunicação são os suportes de uma acumulação e centralização do saber; o jogo dos sinais define os pontos de apoio do poder; a totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem

² M. Foucault. *Vigiar e Punir*, Editora Vozes, 18ª edição, 1998, p.170.

³ Ibidem, p.172.

*social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos. (...) Não estamos nem nas arquibancadas nem no palco, mas na máquina panóptica, investidos por seus efeitos de poder que nós mesmos renovamos, pois somos suas engrenagens.*⁴

O aprofundamento da modernidade, sobremodernidade para Giddens e pós-modernidade para outros, trouxe novos desenvolvimentos para as estratégias de controle social reforçando ainda mais o protagonismo da Cidade e conferindo diferente valorização aos espaços públicos. De facto, os novos EPU apresentam novos dispositivos de controle e vigilância, que seleccionam, protegem e higienizam a par da glorificação do consumo. Opera-se a partir de uma tribalização e especialização dos locais de encontro, normalmente, ligados aos consumo em espaços circunscritos e vigiados.

2.2 O crescente investimento no Self

O verdadeiro significado deste investimento nunca será completamente delimitado mas, apesar de tudo, quando é detalhadamente observado e descrito por alguém que se encontre na nossa periferia cultural ou mesmo no seu exterior a sua análise ganha uma força inigualável: “*O Papalagui esforça-se o mais possível por cobrir as suas carnes. O homem só existe realmente como homem acima do pescoço; quanto ao corpo e aos membros, não passam de carne.*”⁵ Mesmo contextualizando temporalmente estas anotações verifica-se como a evolução atingiu o corpo e as modalidades da sua afirmação.

Acredita-se que o momento actual é mais de ruptura que de aperfeiçoamento, pois as diferenças nos comportamentos económicos, culturais, individuais se aproximam mais de mutações que de simples transformações do existente. À quebra de valores tradicionais e à perda de referências até aqui solidamente instaladas, como a família, as ideologias ou a religião, não se segue forçosamente o vazio. Ou mesmo que ele ocupe um lugar outrora preenchido por matérias substanciais disfarça-se de políticas de ilusão. O hedonismo e o narcisismo fazem parte de um inovador investimento no *self*, decorrendo até dum excessivo materialismo do período Fordista, que salvaguardava pouco a diferenciação individual.

⁴ Ibidem, p.179.

⁵ TUIAVII, – *O Papalagui*, Antígona, Lisboa, 1983, 139 p.

Uma outra leitura é a de que pela via narcíssica a atitude emancipatória em face da disciplina, do controle, do comportamento de *rebanho* poderá com maior eficácia ser contrariada: “A *vaga do potencial humano psíquico e corporal não passa do último momento de uma sociedade que se arranca à ordem disciplinar e leva ao seu termo a privatização sistemática já operada pela idade do consumo.*”⁶

Esta mudança operada na importância concedida ao *self* é ainda mais marcante pelo obscurantismo a que havia estado sujeito o corpo num passado não demasiado distante. O sentimento de culpa em caso de doença afectava mais o seu portador que as próprias consequências físicas da maleita. A transição resulta da percepção ao longo dos séculos XVIII e XIX por parte dos poderes públicos que as dificuldades crescentes no controle social correlativo da expansão industrial e da degradação da vida pública poderiam ser contornadas com a imposição de novos valores centrados no corpo regularizando e promovendo novas condutas mais dóceis e mais úteis. Passa-se assim claramente de um momento onde o corpo era um objecto desfocado, sem vida própria, para um momento de afirmação de protagonismo.

Como mostra Crespo (1990), estas mudanças têm pouco de aleatórias e poderão ser muito bem o fruto de concepções transversais para o desenvolvimento societal:

*(...)as práticas do corpo não se podem compreender enquanto realidades simples e homogêneas mas, sim, no entrecruzamento dos múltiplos elementos económicos, políticos e culturais de uma totalidade. (...) A intervenção do Estado resulta, neste quadro, quase como óbvia e decisiva seguindo três vectores: Simples repressão; fortalecimento da consciência moral individual dos cidadãos e o exercício do auto-controlo; homogeneização das condutas contando com a mobilização de médicos e educadores.*⁷

Este processo não foi, contudo, fácil nem rápido. A sua construção e concretização só foi operada com maior credibilidade ao longo do século XX e em rigor com o Estado Novo. É, aliás, sintomático que os períodos de ditadura sejam normalmente momentos de grande valorização da cultura física, denunciando a sua oportunidade na docilidade não só dos corpos como também e sobretudo do espírito. Mas o domínio total da

⁶G. Lipovetsky, *A Era do Vazio*, Relógio d'Água, 1989, p. 51.

⁷ Jorge Crespo, *A História do Corpo*, Difel, 1990, p. 8.

preocupação corporal só sucede com o envolvimento directo do sistema económico que em conjunto com a intervenção política permitiu atingir níveis de sucessos desconhecidos anteriormente.

Curiosamente, o investimento no corpo foi acompanhado por mudanças de valores que afectavam o universo psicológico: *“a explosão psi sobrevém no momento preciso em que todas as figuras da alteridade (perverso, louco, delinquente, mulher, etc.) se vêm contestadas.”*⁸

Só à luz destas observações pode dar-se início à desmontagem dos princípios que estão na origem do culto do corpo e das acções/preocupações a que se encontra sujeito em permanência como a manutenção da linha, o cuidado com o estado de saúde, com o envelhecimento, com a imagem, com a manutenção da cultura física, com a higiene. A generalização e a interiorização destes cuidados tem vindo a construir uma normalização do corpo⁹ num tempo em que se acreditava exactamente no oposto, isto é, na individualização. O que parece ter-se imposto é uma espécie de massificação individualizada. A tatuagem é uma das formas de individualização identificadas e até uma das que regista um passado mais sólido:

*En cierto modo, el tatuaje es un modo de expresión. Cada persona busca su manera. No necesariamente tenemos que utilizar las que ya existen, siempre se puede evolucionar e inventar nuevas maneras. Las cosas no se dicen solo hablando, no? También pueden decir-se con gestos, mediante la estética o con un grito.... Yo lo uso para vestir la piel.*¹⁰

De um tempo em que se pretendeu fazer crer às pessoas que o seu corpo de facto não existia – certeza essa que só era questionada em momentos de doença passou-se então

⁸ G. Lipovetsky, op. cit., p.56.

⁹ Não pode deixar de se sublinhar como os tempos pós-modernos, paradoxalmente, contêm também tanto de massificação, designadamente no perfil corporal e nas práticas que lhes estão associadas. É igualmente claro que as estratégias individuais procuram apagar estas evidências pela via da indumentária, do aspecto exterior do cabelo e barba ou mesmo por marcas provisórias ou definitivas impostas ao corpo. É corrente a tatuagem, com motivos também recorrentes, nos corpos femininos e masculinos. Para ultrapassar a constante banalização das estratégias de diferenciação aprofunda-se até ao limite os modelos anteriores e é neste contexto que surgem por exemplo tatuagens faciais representando enormes cicatrizes.

¹⁰ A. Ehrenhaus et al., *El futuro es esto*, Reservoir Books, Barcelona, 1999, p.155.

para uma hipervalorização do corpo, mas cuja descodificação deste processo remete para uma leitura do corpo como objecto mas também como matriz cultural.¹¹

Finalmente, em que estágio nos encontramos? Para onde vamos? É ainda possível encontrar surpresas ou espantarmo-nos face à multiplicidade dos caminhos a seguir? Parece que sim. Os sinais emergentes passíveis de serem recolhidos hoje indicam várias orientações para o desenvolvimento das posturas sobre o corpo, aparentemente numa lógica pós-moderna. Baudrillard tem insistido no corpo simultaneamente como mercadoria e palco de consumo:

*Se a redescoberta do corpo é sempre a do corpo/objecto no contexto generalizado dos outros objectos, percebe-se como é fácil, lógica e necessária a transição da apropriação de bens e de objectos de compra. (...) Da higiene à maquilhagem, passando pelo bronzear, pelo desporto e múltiplas libertações da moda, a redescoberta do corpo passa antes de mais pelos objectos.*¹²

Esta leitura ganha ainda mais pertinência quando é orientada para o erotismo e para os efeitos multiplicadores que gera no campo económico ou ainda quando se liga o fenómeno da “libertação do Corpo” à designada força de trabalho. O trabalhador, ao se emancipar do patrão ou, dum modo mais lato, duma figura tutelar que coordena objectivamente todos os seus movimentos e pensamentos, pode ser melhor explorado para fins produtivistas.¹³

Uma outra tendência parece emergir da crescente inserção das novas tecnologias no quotidiano urbano produzindo a aceleração dos ritmos de vida e trazendo consequências ainda não amplamente medidas sobre quadro cartesiano espaço-tempo. Virilio, filósofo e urbanista, debruçou-se em particular sobre estas dimensões e identificou claramente a

¹¹ Não é o centro deste texto mas é interessante verificar como esta passagem desvalorização-valorização corporal corresponde a sentimentos de maior intolerância e agressividade face a comportamentos divergentes de origem cultural ou política.

¹² Jean Baudrillard, *A sociedade de consumo*, Edições 70, Lisboa, 1995, p.143.

¹³ O discurso colabora activamente nesta estratégia quando substituiu, por exemplo, o termo empregado por colaborador, dando-lhe a ilusão de um maior envolvimento na vida da empresa e conferindo-lhe por essa via maior responsabilidade em termos de horários e maior complacência face ao salário, períodos de férias, feriados etc.

velocidade como um referencial obrigatório no tratamento das sociabilidades e, dum modo geral, da vida urbana.

A Cidade até às primeiras décadas da Revolução Industrial (princípios do século XIX) apresentava uma escala humana pelo atrito gerado pelo espaço às deslocações humanas. Tanto na horizontal como na vertical existia uma contenção real, existiam condições para uma grande intensidade de interações sociais.

Com o advento dos transportes mecânicos passou a ser possível o alargamento urbano, através das linhas de caminho-de-ferro e do elevador. Pela primeira vez, existia o designado efeito túnel entre a origem e o destino das deslocações. Isto é, o espaço intermédio deixou de constituir uma experiência para quem se desloca apresentando-se desfocado e sem condições para o contacto pessoal. Foi assim despoletado o processo de dessocialização pela via da aceleração.

Com a velocidade da luz, imposta pelas tecnologias da comunicação, a distância ficou em definitivo eliminada, desqualificando o espaço ao fazer coincidir pontos de partida e chegada anulando as deslocações físicas e em consequência reduzindo ao mínimo as relações pessoais. Com estas condições, nasce o

*ciberspaço e a infoesfera, o mundo tornou-se uma informação a ser tratada por sistemas, a imagem de sínteses, prescindindo agora do observador; ou seja, não há objecto como não há sujeito e o ser humano tornou-se um sistema que processa informações, assim como tantos outros sistemas.*¹⁴

O genoma humano é tratado da mesma maneira: como um conjunto de informações até agora à espera de serem descodificadas.

Finalmente uma outra orientação identificada decorre também em larga medida da tecnologia, mas agora não como um prolongamento das capacidades humanas, mas como uma substituição fisiológica. Frankenstein e os *cyborgs* de algum modo evoca a imbricação entre o humano e a máquina resultando numa *coisa desfocada*. O corpo melhorado através dos *pace-makers*, de aparelhos de monitorização e respiração artificiais, próteses de auxílio para deficientes motores é um atributo da pós-modernidade. Como é igualmente segundo Virilio o modelo do homem rico superequipado que é o deficiente

¹⁴ Ieda Tehurman, *Breve história do corpo e de seus monstros*, Vega, Lisboa, 1999, p. 159.

físico, “naturalmente” desequipado.¹⁵ Esta visão é ainda reforçada por sinais como os bancos de esperma, banco de sangue, banco de órgãos, implantes capilares, que convocam ideias de exteriorização, partilha e colectivização dos corpos. Mas a ideia que germina não é só a transformação do corpo humano em andróide como o inverso, resultado da produção ficcional e do desenvolvimento tecnológico.

3 Cidades trespassadas por Corpos

Apesar das práticas corporais (trabalhar, comer, dormir, higiene e apresentação) dominarem o nosso quotidiano, a geografia e os estudos urbanos em particular só recentemente lhe concederam alguma atenção. Era uma presença ausente na medida em que a sua referência nunca era tomada como central sendo sempre instrumental para a compreensão de outros fenómenos.

A reversão desta postura científica surgiu quando se aludiu ao carácter social do corpo à semelhança do que sucede com outros espaços (casa, comunidade). O espaço do corpo sendo o produto de relações e produções sociais é por natureza uma problemática de eleição para a geografia e ciências sociais em geral. O corpo como fronteira e como espaço táctil são algumas das oportunidades que se deparam aos investigadores:

*The body is after all, a tactile space – always sensing and actively engaging with itself (the inside) and the world (the outside). Our understandings of our bodies attempts to manage them are therefore predicated not only on visual information – what we look like – but also on sensual information about how we feel, about the relationship between the inside and the outside – about our spatiality.*¹⁶

O contacto entre cidade e corpo faz assim através da experiência individual. As transformações urbanas resultam muito desta percepção e a história dá-nos exemplos que confirmam esta relação. As intervenções para solucionar os problemas de saúde pública da cidade industrial levaram os construtores e urbanistas a enfatizar, na realização urbana, a maior largura das ruas e a circulação de ar facilitando a respiração e melhorando a sua qualidade.

¹⁵ Ieda Tehurman, op. cit., p.155.

¹⁶ Gill Valentine. “A corporeal geography of consumption”. In: *Environment and planning D. Society and Space*, 1999, volume 17, p. 331.

No século XVIII a cidade organiza-se e transforma-se de acordo com os princípios higienistas em voga na altura e que perduraram até hoje. Nasce o papel higiénico, a limpeza de penicos diariamente, novos hábitos de vestuário que aliviavam corpo de um peso excessivo e malsão. Com este modelo corporal os espaços urbanos também acolheram novas práticas de higiene, drenando buracos e depressões alagadas, cheias de urinas e fezes, para esgotos subterrâneos. As ruas tornam-se mais limpas e, abaixo delas, os esgotos substituem os canais a céu aberto. A segurança pública justifica em conjunto com as ideias higienistas rasgar grandes eixos por entre malhas urbanas antigas e densas, como sucede na Paris do barão Haussman.

A funcionalização da Cidade retira-lhe também gradualmente a espontaneidade nas práticas territoriais/sociais, produzindo obstáculos que obrigam à ritualização dos contactos sociais e a um maior grau de formalização. A perda da rua como local de estadia e a concentração dos locais de interacção social obrigam à reconfiguração das relações individuais e à sua segregação. A Carta de Atenas, documento magno do urbanismo moderno, encarregou-se de operacionalizar as preocupações funcionalistas.

Os efeitos de estigmatização gerados pelos sucessivos enclaves instalados no tecido urbano acabaram por provar o insucesso desta fórmula e indicar o caminho da multifuncionalidade e diversidade de usos evitando a criação de guetos. A promoção dos espaços públicos é uma acção chave para mobilizar as forças no sentido duma partilha da cidade e não de um contínuo afastamento social. Sendo um palco privilegiado para a reprodução dos princípios da hierarquia social ele foi desde sempre acarinhado por sucessivas vagas de modelos urbanísticos. Recorde-se o exemplo do Passeio Público onde é hoje a Avenida da Liberdade, servindo de palco para a burguesia urbana se poder exhibir e mostrar aos demais.

As transformações sociais têm-se revelado como as marcas mais profundas, interessantes e inesperadas ocorridas no nosso mundo ocidental. Como propulsores principais destas mudanças (que em determinados casos e momentos se aproximam mais de verdadeiras mutações atendendo ao seu carácter global e radical) surge o progresso tecnológico, traduzido na melhoria das comunicações (rapidez, qualidade e versatilidade), e as alterações ao modelo económico vigente.

Os impactos da nova tecnologia e de contextos económicos emergentes fizeram-se sentir não só nos respectivos campos específicos como também introduziram perturbações colaterais quer na morfologia social quer urbana.

É por isso, como sucedeu noutros períodos, que a cidade nunca deixou de espelhar o estado, em cada momento, da sociedade, com a particularidade de ir fixando os vários momentos históricos. Com uma densidade significativa de símbolos dum percurso rico em história e importância o Centro da Cidade foi até há alguns anos, por razões históricas, funcionais e de acessibilidade o local mais importante e até estratégico da Cidade. Ora a perda de dinamismo do centro pode ser avaliada, designadamente, pela observação da qualidade dos espaços públicos existentes, utilizadores e características, bem como podem ser ensaiadas leituras sobre as transformações que conduziram à progressiva desqualificação destes territórios.

Procura-se, assim, fazer uma pequena paragem na vertigem de transformação urbana que afecta as cidades europeias (e a cidade de Lisboa com uma intensidade particular), detendo-se na temática dos espaços públicos enquanto símbolo duma urbanidade de memórias e identidades e, ainda hoje, instrumento territorial para a construção da personalidade urbana.

Perceber de que forma é afectada pelos processos em curso e que estratégias é que foram sendo encontradas para a manutenção e sobrevivência dos espaços de relação vai sendo um objectivo central na política de gestão da Cidade, de modo a evitar uma excessiva perda de animação de rua e a consequente interiorização da vida pública. Não se trata da anulação da relação interpessoal mas a sim a sua transferência para espaços não convencionais cujos contornos acarretam consequências sobre a “qualidade” da relação com o *outro*.

Esta transferência ocorre num período em que a Cidade se altera e em que os indivíduos reconstróem a imagem de si, provocando este duplo efeito, original no percurso histórico das sociedades urbanas. Centros comerciais, centros de lazer e diversão, espaços semipúblicos/semiprivados, constituem a emergência de novas configurações urbanas, mas que ainda não foi possível descortinar se se encontram a montante, a jusante ou acompanham os processos de revalorização individual.

Estes novos contextos do exercício das práticas de sociabilidade activa interferem no seu redesenho lançando a mesma dúvida exposta perante a questão da génese das mudanças verificadas para os espaços públicos.

Veja-se como o investimento no Self, através da reconstrução e manutenção da imagem, a preocupação com a saúde psicológica e física do corpo visível na insegurança (e não criminalidade), a cultura do físico, etc., se cruza com os novos espaços de sociabilidade.

A pulverização de ginásios, *health clubs*, piscinas, institutos de beleza, comercialização de produtos de beleza e de produtos dietéticos, minam a paisagem urbana promovendo novas deslocações e desafiando as ideias clássicas sobre os comércios mais importantes.

Correlativamente à promoção destes espaços, comportamentos e deslocações assiste-se à desvalorização e, mais grave, ao estigma de territórios urbanos de que são exemplo as áreas desocupadas ou com edifícios em ruínas, os grandes parques verdes, áreas mal iluminadas e pouco frequentadas, os jardins apropriados por sem abrigo, toxicodependentes, idosos etc.

Num misto de insegurança e de sentimentos de repulsa, de um modo consolidado e persistente verifica-se o declínio do uso social destes espaços. Todavia, não se trata ainda duma desvalorização física e urbana, pelo que nos programas urbanísticos permanecem as referências ao espaço público mesmo que sejam para contemplação e não para usar ou que se localize nos sítios menos interessantes para construir tirando-lhe o carácter estruturante que fica para a rua ou estacionamento.

A actual relação com o corpo, o endeusamento da carne, encontra-se agora a jogar para um campo contrário, protegendo-se das condições meteorológicas desfavoráveis, dos problemas de higiene urbana, da insegurança e contacto com grupos desfavorecidos. Aliada à pressão comercial, este quadro urbano alimenta vagas sucessivamente maiores em direcção aos espaços comerciais, criando novos espaços de sociabilidade, envolvendo trocas de informação, contemplação e até espaços de afectos. A hipervalorização do corpo não só implica sua *defesa* como se traduz em mudanças de padrões de consumo que merecem acolhimento na íntegra nestes espaços enormes de consumo.

Por outro lado, a comunicação virtual substituiu também o espaço público tradicional com consequências drásticas e radicais na experiência corporal dispensando a deslocação e o contacto. Porém, o ciberespaço é também espaço de afectos e de reconfigurações de

relações sociais, culturais e ideológicas, faltando ainda conhecer a sua real repercussão sobre a Cidade.

Espera-se que os EPU, apesar de todas as interferências produzidas por novos padrões de comportamento, continuem a permitir aos utilizadores urbanos beneficiarem de tréguas dum quotidiano preenchido, de se aproximarem dum pedaço de natureza e continuem a promover intensos contactos interpessoais onde o estatuto, o género, a naturalidade e a idade não interessam, glorificando a ideia maior do espírito democrático e, em particular, da Cidade.

Abstract

This text focuses upon the ambivalence of the concept of the "City" and links it to the heightened protagonism of the body, of the "I" and of the individual in contemporary society.

It questions whether the transformations taking place in urban environments, especially those occurring in public spaces, are correlated with, consequences of or even causes of the of the cult of the body.

Whether on the seen on the street or in parks and other specialized urban spaces, the body is a powerful means of communication, greatly amplified today due to media attention to which it is systematically subjected, to the point where confusion exists as to what drives the transformation of urban public spaces.

Referências Bibliográficas

- Ascher, François. *Metapolis*. Lisboa, Celta, 1998, 240 p.
- Baudrillard, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa, Edições 70, 1995, 213 p.
- Calvino, Italo. *Cidades Invisíveis*. Lisboa, Teorema, 1993, 215 p.
- Crespo, Jorge. *A História do Corpo*. Difel, 1990, 626 p.
- Ehrenhaus, A. et al. *El futuro es esto*. Barcelona, Reservoir Books, 1999, 184 p.
- Foucault, Michel. *Vigiar e Punir*: Editora Vozes, 18ª edição, 1998, 323 p.
- Gil, José. *Corpo, Espaço e Poder*. Lisboa, Litoral, 1988, 373 p.
- _____. *Monstros*. Lisboa, Quetzal Editores, 1994, 176 p.
- Grafmeyer, Yves. *Sociologia Urbana*. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1994, 165 p.
- Lipovetsky, G. *A Era do Vazio*. Relógio d'Água, 1989, 205 p.
- Tchurman, Ieda. *Breve história do corpo e de seus monstros*. Lisboa, Vega, 1999, 112 p.
- Tuiavii. *O Papalagi*. Lisboa, Antígona, 1983, 139 p.

Vale de Almeida, Miguel. *Corpo Presente*. Lisboa, Celta, 1996, 222 p.

Valentine, Gill. "A corporeal geography of consumption". In: *Environment and planning D. Society and Space*, 1999, volume 17, p. 327-339.

Virilio, Paul. *A Inércia Polar*. Lisboa, D. Quixote, 1993, 128 p.